**LEGISLAÇÃO ESTADUAL**

**LEI Nº 15.982 DE 19 DE JANEIRO DE 2006 -** Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e dá outras providências.

**DECRETO Nº 44.355, DE 19 DE JULHO DE 2006** - Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, de que trata a Lei nº 15.982, de 19 de janeiro de 2006.

**DECRETO Nº 44.394, DE 16 DE OUTUBRO DE 2006 - REGIMENTO INTERNO -** Aprova o Regimento Interno do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CONSEA-MG.

**LEI Nº 18.372, DE 04 DE SETEMBRO DE 2009 -**Acrescenta dispositivo à Lei nº. 15.072, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.

**DECRETO 46792, DE 02 de julho de 2015** - Cria a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – CAISANS-MG –, e dá outras providências.

**LEGISLAÇÃO FEDERAL**

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>

DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>

DECRETO Nº 6.273, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007 -Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6273.htm>